

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 349.093 - SP (2016/0037001-9)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : JOSE TAVARES DA SILVA JUNIOR**  
**ADVOGADO : FELIPE FONTES DOS REIS COSTA PIRES DE CAMPOS -**  
**SP223061**

**DECISÃO**

O **Ministério Público Federal** ingressa com agravo regimental contra a decisão de fls. 164/167, pela qual concedi a ordem para determinar o trancamento da Ação Penal n. 30093186520138260562, com os fundamentos a seguir transcritos:

*Consta da inicial que o paciente foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 16, caput, da Lei 10.826/2003, pois, apesar de possuir registro das armas de fogo, os mesmos estariam vencidos. Além das armas de fogo, as quais restaram devidamente comprovadas serem para a prática de tiro esportivo, foi apreendido os seus apetrechos também. [...] Mesmo diante da comprovação de que apenas os registros estavam vencidos das armas apreendidas, o paciente foi condenado ao cumprimento de três anos de reclusão e ao pagamento do valor correspondente a dez dias-multa, calculada a unidade no valor de 01 (um) salário mínimo, por infração ao artigo 16, "caput", da Lei 10.826/03. A pena aplicada, tendo em vista que o paciente não é reincidente e por se tratar de medida socialmente recomendável, vez que o crime em questão não pressupõe violência ou grave ameaça à pessoa, foi substituída a pena privativa de liberdade aplicada por duas restritivas de direitos (fl. 4).*

[...]

Na análise quanto ao mérito da impetração, observo que o caso é mesmo o de trancamento da ação penal por atipicidade da conduta, pois a jurisprudência mais recente desta Corte efetivamente considera infração administrativa o registro vencido de arma de fogo. Confirmam-se:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES. TRANCAMENTO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. REGISTRO VENCIDO. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. CRIME. NÃO OCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EXISTÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. O trancamento da ação penal em sede de recurso ordinário em habeas corpus é medida excepcional, somente se justificando se demonstrada, inequivocamente, a ausência de autoria ou materialidade, a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas, a ocorrência de causa extintiva da punibilidade ou a violação dos requisitos legais exigidos para a exordial

acusatória.

**2. Na espécie, o órgão governamental atestou, mediante a entrega do registro, que o material bélico encontrava-se com o recorrente, ou seja, o Estado exerceu o seu controle ao registrar a arma e a munição, embora o acusado estivesse com o documento vencido à época do fato.**

**3. Não obstante a reprovabilidade comportamental, a omissão restringe-se à esfera administrativa, não logrando repercussão penal a não revalidação periódica do certificado de registro. Precedentes.**

**4. Recurso provido a fim de reconhecer a atipicidade da conduta irrogada ao recorrente e determinar o trancamento do processo criminal.**

(RHC 80.365/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 22/03/2017)

**HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO SISTEMA RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO.**

**1. A via eleita revela-se inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento. Precedentes.**

**2. O alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação ex officio, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal.**

**PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ARMAMENTO COM REGISTRO EXPIRADO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS BENS JURÍDICOS TUTELADOS PELA NORMA PENAL INCRIMINADORA DO ARTIGO 14 DA LEI 10.826/2003. ATIPICIDADE DA CONDUTA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.**

**1. Ao julgar o mérito da Apn n. 686/AP, a Corte Especial deste Sodalício firmou a compreensão de que, se o agente já procedeu ao registro da arma, a expiração do prazo constitui mera irregularidade administrativa, não caracterizando, portanto, ilícito penal.**

**2. No caso dos autos, o acusado teria mantido sob sua guarda e portado arma de fogo com registro vencido, conduta que se revela penalmente atípica, configurando, apenas, ilícito administrativo que enseja a apreensão do armamento e a aplicação de multa. Precedentes da Quinta e da Sexta Turma.**

**3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para determinar o trancamento da ação penal instaurada contra o paciente.**

(HC 369.905/SP, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 20/09/2017)

Ante o exposto, concedo a ordem para determinar o trancamento da da ação penal 3009318-65.2013.8.26.0562. Ratificada a liminar.

Sustenta o agravante que *a alegação defensiva, para fins de absolvição, de que o réu possui registro das armas apreendidas, e que este se encontrava apenas vencido, não pode prosperar, tendo em vista o fundamento de que o registro alegado não abrangia a totalidade das armas encontradas em sua residência, o que esvazia o argumento de mera irregularidade administrativa da posse.*

Afirma, ainda, que *não haveria qualquer ilegalidade no acórdão recorrido em se considerar apenas parte das armas apreendidas para fins de manutenção da condenação - considerando a existência de registro vencido de parte delas -, haja vista que o paciente foi condenado pela prática do delito de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito sem referência à quantidade de armas na aplicação da pena, destacando-se, entretanto, a grande quantidade de armas de fogo, munições e acessórios de uso proibido e restrito apreendidas (...) - fls. 174/175.*

Requer o provimento do agravo regimental para que seja denegada a ordem.

O agravado apresentou impugnação ao agravo regimental, reiterando que o caso dos autos seria de arma de fogo com registro vencido e que a pretensão manifestada pelo Ministério Público implicaria em análise de matéria probatória, não compatível com o *habeas corpus*.

É o relatório.

Cumpra observar que o paciente foi condenado como incurso no art. 16, caput, da Lei n. 10.826/2003, à pena de 3 anos de reclusão, *em regime aberto, e 10 dias-multa, à razão de um salário mínimo ao dia-multa, substituída a sanção corporal por duas penas de prestação de serviços à comunidade. A Quinta Câmara Extraordinária Criminal, aos 18 de setembro de 2015, por unanimidade, deu parcial provimento ao reclamo, apenas para alterar uma das penas restritivas de direitos impostas em substituição para 10*

*dias-multa, á razão de um décimo do salário mínimo ao dia-multa, e para, quanto à pena de multa aplicada, reduzir o valor ao dia-multa para um décimo do dia-multa, mantida, no mais, a sentença guerreada (fl. 67).*

Da sentença e do acórdão consta a informação de que se trata de réu médico formado e conceituado, com vida social e profissional inabalável, conduta ilibada, que já foi filiado a clube de tiro e teve documentadas algumas armas no passado, algumas herdadas do sogro, bem como que os documentos juntados referem-se ao registro provisório de parte das armas de fogo (fls. 11 a 13 e 19). Como se vê, o contexto retratado nas decisões impugnadas, em princípio, enquadraria à hipótese dos autos àquelas referidas nos precedentes como mera infração administrativa, mesmo porque não ficaram especificadas nas decisões condenatórias as situações de cada arma apreendida.

Ocorre que o agravo regimental interposto pelo Ministério Público destaca elemento que inviabiliza o pedido de trancamento da ação penal formulado no presente *writ*, qual seja, que **a condenação decorreu da prática do crime previsto no art. 16, caput, da Lei n. 10.826/2003, que dispõe acerca da posse ilegal de arma de fogo de uso restrito.**

Com efeito, **as razões do agravo regimental demonstram que a situação dos autos, ao contrário do alegado na impetração, não trata apenas de posse de arma de fogo com registro vencido, razão pela qual não está configurada a ilegalidade trazida na impetração.** O posicionamento adotado nos precedentes que nortearam a decisão ora agravada estão calcados na existência de registro vencido de arma de fogo de uso permitido, hipótese diversa da retratada nos presentes autos, na qual há referência, inclusive, a apreensão de silenciadores. A propósito:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DO PROCESSO. POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. REGISTRO VENCIDO. MERO ILÍCITO ADMINISTRATIVO. ATIPICIDADE PENAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. RECURSO PROVIDO PARA TRANCAR A AÇÃO PENAL.

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

1. O trancamento do processo no âmbito de habeas corpus é medida excepcional, somente cabível quando demonstrada a falta de justa causa, a atipicidade da conduta ou a existência de causa extintiva da punibilidade.

2. Na hipótese, impõe-se o reconhecimento da atipicidade da conduta descrita na denúncia, relacionada a posse de arma de fogo de uso permitido com registro vencido, pois a Corte Especial deste Superior Tribunal, no julgamento da Ação Penal n. 686/AP, decidiu que, "se o agente já procedeu ao registro da arma, a expiração do prazo é mera irregularidade administrativa que autoriza a apreensão do artefato e aplicação de multa. A conduta, no entanto, não caracteriza ilícito penal". Ressalva de entendimento pessoal.

3. Recurso ordinário provido para trancar o processo.

(RHC 73.548/MG, Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 18/11/2016)

Ante o exposto, **reconsidero a decisão de fls. 164/167**, pela qual determinei o trancamento da Ação Penal n. 30093186520138260562, e **denego o habeas corpus**.

Comunique-se.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator